



GEMINIS

[ABORDAGENS MULTIPLATAFORMAS]

REDES SOCIAIS MÓVEIS E AÇÃO COLETIVA: APONTAMENTOS SOBRE AS DINÂMICAS SOCIAIS NA PAISAGEM MIDIÁTICA CONTEMPORÂNEA

JANDRÉ BATISTA

*Doutorando em Comunicação Social – PUCRS. Mestre em Comunicação Social – PUCRS. Bacharel em Comunicação Social – Jornalismo – UCPel.
E-mail: jandrecb@gmail.com*

SANDRA HENRIQUES

*Doutoranda em Comunicação Social - PUCRS (Bolsista FAPERGS/CAPES). Mestre em Comunicação Social - PUCRS. Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo - UCPel.
E-mail: henrisandra@gmail.com*

RESUMO

O presente artigo objetiva contribuir para a discussão sobre as especificidades das dinâmicas da ação coletiva no contexto das redes sociais móveis. No ambiente comunicacional contemporâneo, diversos dispositivos, como tablets e telefone celulares, oportunizam outras formas e possibilidades de interação social no tempo e no espaço. O sujeito não necessita mais do protagonismo da interação presencial para se articular politicamente. Assim, considerando a difusão das redes sociais móveis, pretende-se discutir aspectos teóricos da transformação das dinâmicas da ação coletiva na paisagem midiática contemporânea. Autores como Simmel (2006), Gohn (1997; 2007), Ling (2004) e Sádaba (2007) balizam a discussão apresentada.

Palavras-Chave: redes sociais móveis; ação coletiva; mobilidade.

ABSTRACT

This paper aims to contribute to the discussion about the specificities of the collective action dynamics in the mobile social network environment context. In the contemporary media environment, individuals can, by using devices such as tablets and cell phones, create (or reinvent) new forms and possibilities of social interaction. The individual don't need anymore the face to face interaction for political engagement purposes. In this perspective, considering the adoption/diffusion and the usage of mobile social networks, we intend to discuss the transformation of collective action dynamics in the contemporary media environment. We base our discussion in the perspective of scholars such as Simmel (2006); Gohn (1997; 2007), Ling (2005) and Sádaba (2007).

Keywords: mobile social networks; collective action; mobility.

INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende discutir as especificidades das dinâmicas da ação coletiva no contexto das redes sociais móveis. Na paisagem midiática contemporânea, dispositivos como *tablets*, telefone celular, redes *wi-fi* permitem outras formas de interação social no tempo e no espaço. Dessa forma, o indivíduo contemporâneo não necessita mais da interação face a face para se articular politicamente e buscar seus interesses.

Pensadas muitas vezes no contexto comunicacional pré-Internet, a teoria da ação coletiva não tem acompanhado as transformações das capacidades comunicativas dos sujeitos, ampliadas pelas tecnologias móveis de comunicação e informação. Muitas vezes, as abordagens teóricas estão restritas, em vários aspectos, ao caráter ideológico dessas articulações (Teoria dos Novos Movimentos Sociais, Teoria da Mobilização Política) e às limitações estruturais dos movimentos para a emergência de ações coletivas. No âmbito da teoria da Mobilização dos Recursos, Olson (1965), por exemplo, assume que a viabilidade de uma ação coletiva se dá em situações em que os grupos se apresentam em dimensões reduzidas. A centralidade do seu pensamento recai nas dificuldades de comunicação e coordenação dos participantes quando inseridos em grupos de maiores proporções.

Assim, o presente artigo pretende traçar apontamentos que permitam esclarecimento sobre como os processos sociais se contróem quando há a possibilidade da mobilidade comunicacional e informacional. Para tanto, num primeiro momento, apresenta-se uma breve descrição teórica dos paradigmas da teoria da ação coletiva, com base principalmente em Gohn (1997; 2007) e Sádaba (2007). Detalha-se a evolução do pensamento sobre as dinâmicas da atuação coletiva, particularizando a Teoria da Mobilização dos Recursos, em Olson (1965), no contexto das novas tecnologias de comunicação e informação.

Num segundo ponto, serão abordadas as características e os eixos fundamentais para a formação de redes sociais móveis na sociedade atual. Para tal abordagem,

o artigo apoiar-se-á nas observações de Recuero (2009) sobre as redes sociais, traçando um paralelo com os aspectos significativos acerca da mobilidade proporcionada pelas tecnologias móveis de comunicação e informação, a partir de autores como Pellanda (2005), Ling (2004), Licoppe e Inada (2009).

Por fim, o artigo propõe-se a realizar uma abordagem dos aspectos que relacionam as percepções acerca do indivíduo diante dos processos sociais (SIMMEL, 2006) para, desta forma, compreender como se dá a relação entre a ação coletiva com as redes sociais móveis no presente contexto, revisitando aspectos teóricos e apontando características que pontuem as potencialidades que as redes sociais móveis possuem na difusão e propagação de ações coletivas no cotidiano da sociedade atual. Dessa forma, o presente trabalho pretende contribuir para a compreensão de como as articulações política podem se manifestar no ambiente das redes sociais móveis.

A AÇÃO COLETIVA NO CONTEXTO DAS REDES DIGITAIS

Entende-se como ação coletiva a comunhão de esforços entre indivíduos para o alcance de objetivos em comum. A definição sugerida parece simples, mas por trás da articulação de atores que visam o mesmo bem comum está incluída uma série de elementos que, postos em juízo, viabilizam ou não os empreendimentos coletivos. O comprometimento do indivíduo com o grupo em que está inserido, ainda que ele seja beneficiado em cooperar com o grupo, passa por crivos motivacionais, interesses pessoais, incentivos, capital social, entre tantos fatores subjetivos que guiam a racionalidade do comportamento humano.

O entendimento das dinâmicas do comportamento coletivo orientou as noções acadêmicas sobre os movimentos sociais, as concepções de Estado, mercado e sociedade, entre tantos outros temas contemplados por diversas áreas interessadas nas relações comportamentais do indivíduo junto aos grupos sociais. Associados ao início dos estudos sociológicos nos Estados Unidos (cf. GOHN, 1997; 2007), as ações coletivas foram entendidas a partir de diferentes perspectivas. Em um primeiro momento, no que se chama de paradigma clássico, as ações coletivas foram enquadradas por meio da caracterização sociopsicológica. Nessa abordagem, os movimentos eram entendidos como consequências explosivas e espontâneas das tensões sociais. Eram considerados respostas “às frustrações e aos medos” em face ao processo de industrialização. Nessa fase, que se estendeu até a década de 1960, as ações coletivas não-institucionalizadas eram valorizadas negativamente pelos olhares acadêmicos: os movimentos eram vistos como respostas irracionais e como uma afronta à democracia.

Após esse período, surgiu uma nova corrente interpretativa. Abstraiu-se a

perspectiva psicológica e se passou a considerar os movimentos sociais como grupos de interesses. O contexto sociopolítico dos Estados Unidos das décadas de 1950 e 1960 superou os moldes impostos pela abordagem clássica. A emergência dos movimentos feministas, pelos direitos civis, contra a guerra do Vietnã, os da contracultura etc., conquistou um novo olhar e uma nova valorização social: a Teoria da Mobilização dos Recursos (MR), passando a rejeitar a noção de irracionalidade das ações coletivas (cf. SÁDABA, 20007; GOHN, 2007).

Na perspectiva da MR, as ações coletivas passam a ser vistas sob a perspectiva de uma organização formal. Não há distinção, aqui, como havia na teoria clássica, entre as dinâmicas da ação coletivas e a estrutura de uma organização burocrática, como partidos políticos e sindicatos. Ambas são consideradas fundamentais para a democracia. A partir de conceitos extraídos da economia, as categorias de estudo dos movimentos sociais tornam-se os recursos humanos, financeiros e de infraestrutura. Um movimento surge, nessa perspectiva, quando se registra um conjunto de condições favoráveis à sua emergência (GOHN, 1997).

Para se entender MR, um postulado é fundamento para a análise: a obra do economista Mancur Olson (1965). O autor possibilitou uma transição de uma aceção considerada acrítica sobre o agir coletivo para então se pensar o comportamento humano em grupos sociais a partir de suas relações utilitaristas com o coletivo. Pensada em um contexto pré-Internet, a teoria de Olson é considerada um dos grandes *insights* da teoria social no século XX (cf. LUPIA e SIN, 2003).

A abordagem rompe com paradigmas: até a década de 60, os pressupostos tradicionais sobre a atuação coletiva estavam marcados, tanto pelo meio acadêmico quanto pelo senso comum, pela ideia de que indivíduos (agindo individualmente) e grupos atuam a partir da mesma lógica de comportamento. Essa noção equivocada, argumenta Olson (1965), implícita ou explicitamente, marcou o fundamento de muitas obras da Economia e da Ciência Política, incluindo os postulados de Karl Marx e Adam Smith.

A problematização das condutas dos atores sociais utilitaristas (que visam maximizar o benefício próprio no âmbito coletivo, os chamados *free-riders*) é central em seu pensamento. O comportamento racional e egoísta do indivíduo nas relações econômicas (maximizador de lucros/benefícios), não representa o mesmo empenho social de quando se age individualmente em benefício individual. O comprometimento de um ator social no âmbito de grupos sociais, assim, é marcado por diferentes características.

Para explicar essas considerações, Olson (1965) estabelece critérios para a eficiência de uma ação coletiva. A preconização, em seu pensamento, recai sobre as dimensões dos grupos sociais. Para o autor, a lógica da ação individual se distingue ple-

namente da dinâmica da ação coletiva (caso os grupos sociais não sejam reduzidos; não se constate instrumentos de coerção ou não haja incentivos seletivos aos contribuintes). As considerações orientam-se em crítica à suposição de que os atores sociais atuam no âmbito coletivo em defesa de seus interesses (compartilhados pelo grupo), em um contexto em que todos que o compõem (o grupo) ganhem, caso o objetivo coletivo seja alcançado (situação definida pela literatura como 'no excludable good').

A argumentação de Olson (1965) centra-se na dificuldade dos grupos maiores em termos de organização, de estabelecer internamente um consenso entre os membros e de que as ações individuais sejam notadas/percebidas (caráter de noticiabilidade) pelos demais integrantes. Em grupos maiores, para o autor, é impossível para os membros se reconhecerem em sua totalidade, o que não caracterizaria a vinculação entre os integrantes por laços de amizade (laços fortes, segundo definição de GRANOVETTER, 1973). Dessa forma, quando não há o reconhecimento do empenho ou da omissão de um dos integrantes, o indivíduo não recebe sanções sociais por sua não-participação, nem lhe é atribuído mérito pelo esforço manifestado.

As considerações do autor, dentro da perspectiva da MR, foram recuperadas recentemente por uma série de esforços teóricos (como BIMBER *et al.*, 2005, FLANAGIN *et al.*, 2007 e MARGETTS *et al.*, 2009). Pela existência de novas possibilidades de interação e organização social, principalmente pela emergência da *World Wide Web* na década 1990, a ideia do privilégio dos grupos pequenos na consecução das ações coletivas começou a ser revista. Grandes multidões, as multidões inteligentes (RHEINGOLD, 2002), possuem hoje um novo aparato comunicacional à sua disposição, o que permite uma revisão da noção dos custos de organização social, dos incentivos seletivos e dos critérios de noticiabilidade em face à comunicação em redes digitais.

Nesses esforços, há uma passagem de valorização das dimensões dos grupos sociais, no âmbito da ação coletiva, para as suas capacidades comunicativas. Sobre o pressuposto de que os grupos pequenos são "mais eficientes e viáveis" (OLSON, 1965, p.2) do que os engajamentos coletivos de proporções maiores (quando não há incentivos seletivos e instrumentos de coerção), argumenta-se no sentido de que a dimensão do grupo social perderia a relevância no contexto da comunicação mediada por computador (cf. LUPIA e SIN, 2003). Em razão da facilidade de comunicação entre os atores sociais, as proporções do grupo não são mais determinantes para a viabilidade de uma ação coletiva, mas sim a capacidade comunicativa disposta pelos sujeitos.

O amplo enfoque da MR sobre questões de mobilização de interesse passou por diversas rupturas no pensamento da teoria da ação coletiva. O olhar essencialmente econômico sobre o comportamento humano, sem privilegiar aspectos ideológicos e

culturais, perde espaço na Teoria da Mobilização Política (MP). No contexto europeu, a perspectiva dos “novos movimentos sociais”, inspirada nos grupos alemães de atuação cívica da década de 1970, evidencia-se em oposição à visão restrita da racionalidade dos grupos sociais presente nas abordagens anteriores. A escolha racional, segundo se defende, não é limitada ao interesse individual. Para os teóricos dos novos movimentos sociais, a teoria da mobilização de recursos não considera o caráter ideológico e identitário necessário à emergência de movimentos sociais, considerado, ao contrário, como sua característica fundamental (SÁDABA, 2007).

As redes, enquanto potenciais “mobilizadoras”, passam a atrair o olhar acadêmico, em uma linha convergente, a partir da década de 1970 na perspectivas das Teorias dos Novos Movimentos Sociais e das Teorias da Mobilização dos Recursos (SCHERER-WARREN, 2006). Diversas teorias acerca das ações coletivas ganham espaço em decorrência da visibilidade que os movimentos sociais adquiriram, na medida em que a sociedade civil passou a assumir características (controle social, limitações das fronteiras nacionais) antes exclusivas à atuação do Estado (GOHN, 1997).

Jordan e Taylor (2004) sugerem que a origem das formas contemporâneas de ações coletivas políticas – populares, ou seja, não institucionalizadas – se deu a partir da década de 60 contra o rápido avanço do liberalismo. A mudança na sociedade – das relações comerciais locais ao fluxo global – gerou transformações sociais expressivas. Como consequência, oportunizaram-se novas formas de participação política. Entre essas transformações, os autores citam a passagem do Estado-providência (o estado organizador da economia e o protetor do interesse público) ao Estado mínimo e privatista; do imperialismo ao pós-colonialismo; do analógico ao digital (das cartas aos e-mails, por exemplo), das ações de classe aos novos movimentos sociais.

Os novos movimentos sociais, ao contrário das organizações sociais tradicionais (sindicatos, partidos políticos etc.), não são caracterizados pelas construções identitárias arraigadas à estrutura social (proletariado, camponeses, burguesia). A posição dos atores sociais no sistema não determina a emergência desses movimentos: ao contrário, o engajamento tende a ser de caráter universal (em defesa dos direitos humanos, por exemplo) e socialmente diversificado (não centrado necessariamente em aspectos socioeconômicos). O conflito social condutor dos movimentos não se refere mais a um paradigma evolucionário do sistema econômico (lutas guiadas pelo socialismo) e, finalmente, a restrição institucional do espaço político tampouco se apresenta centralizada/unificada, mas com a tendência de politização de espaços comuns à vida social (cf. PRUDÊNCIO, 2006).

Por meio das ferramentas de comunicação mediadas pelo computador, a possibilidade de expressão e socialização dos indivíduos foi ampliada, tornando a interação um reflexo do cotidiano dos indivíduos em sociedade. O ciberespaço passou a ser um local de interação, de trocas; desde o surgimento da web, na década de 90, fazendo parte do cotidiano social quase que de forma imperceptível. Os grupos expressos na internet constituem uma rede social, que pode ser definida como um conjunto entre os atores (indivíduos, instituições ou grupos: os nós da rede) e suas conexões (interações ou laços sociais). Nas redes sociais, “se observam os padrões de interação de um grupo social, a partir das conexões estabelecidas entre os diversos atores” (RECUERO, 2009, p. 24).

As redes sociais na internet mostram que esse cotidiano atualmente é vivido também por meio da interação mediada pelo computador, em que o espaço virtual é um dos locais de troca que potencializa o desenvolvimento da socialidade dos indivíduos, que buscam também a construção de laços sociais com outros sujeitos. No entanto, novas mudanças no contexto da interação entre os indivíduos são percebidas.

Com o avanço das tecnologias móveis de comunicação e informação (telefone celular, *tablets*, *Wi-fi*), as quais são desenvolvidas cada vez mais por meio da mobilidade tecnológica, o acesso *always on* vem abrindo caminho para uma nova forma de distribuição e colaboração de informação, fazendo com que os indivíduos de culturas e classes sociais diferentes passem a interagir e distribuir informações em tempo real. Essa possibilidade passa a fazer cada vez mais parte do cotidiano dos indivíduos. Esse novo contexto traz à tona novas apropriações dos espaços urbano e virtual, de forma que eles se tornem híbridos. Tais apropriações se dão por meio das tecnologias móveis. A informação e a interação são trocadas no ambiente virtual e aplicadas no real (PELLANDA, 2009).

Ling (2004) salienta que, com as tecnologias móveis de comunicação e informação, principalmente o telefone celular, é talvez a primeira vez na qual seja possível falar em interação pessoal, individualizada, mediada eletronicamente. Segundo ele, esse potencial da tecnologia pode significar que existem prováveis alterações na forma como as redes sociais interagem entre si. “A mudança para a telefonia móvel significa que existem novas possibilidades quando se consideram as formas em que a interação é organizada, os grupos são definidos e a ação social tem lugar”¹ (LING, 2004, s. p.).

O uso de sistemas de geolocalização, como GPS em dispositivos móveis, é também um fator que influencia nas relações sociais dos indivíduos. Segundo Licoppe e

1 Tradução dos autores: The shift to mobile telephony means that there are new possibilities when considering the ways that interaction is organized, groups are defined and social action takes place.

Inada (2009), o sistema representa uma área de atividade acessível por telas móveis, em que as posições dos indivíduos estão diretamente relacionadas com a sua real posição no espaço. A atividade no espaço virtual é articulada com o espaço urbano, via localização geográfica, constituindo um espaço compartilhado, um meio para a atividade coletiva, em que os indivíduos e seu ambiente informacional são visíveis por meio de telefones celulares. Eles podem contribuir para tornar os encontros significativos e influenciar no curso das interações. A localização das pessoas ao redor por meio do sistema de GPS nos celulares é um dos fatores determinantes para as novas apropriações dos espaços urbanos, contribuindo para a formação de novas formas de interação: as redes sociais móveis.

Assim, entende-se que as redes sociais móveis são interações sociais proporcionadas pelas tecnologias móveis de comunicação e informação ocorridas no contexto dos espaços urbanos das cidades (HENRIQUES, 2011). O que diferencia as redes sociais móveis dos demais agrupamentos e redes contidos na sociedade é o fato de estas tornarem possível que os indivíduos acessem conteúdos na web enquanto estão em movimento. É o contexto móvel no qual a sociedade atual faz parte que possibilita essa formação diferenciada. Há uma mudança de perspectiva, de ambiente de interação, aliada a uma nova percepção dos espaços. Dessa forma podem-se ressaltar quais as características que possuem as redes sociais móveis e quais os contextos nos quais elas se diferenciam (HENRIQUES, 2011):

- **Dinâmicas sociais:** As redes sociais estão sempre em transformação e necessitam da formação de laços sociais como fator determinante para a consolidação desses agrupamentos. O laço social depende do grau de investimento dos indivíduos, podendo ser fraco ou forte. As redes sociais móveis mudam sua estrutura de forma muito rápida, dispersando-se nos espaços híbridos conforme seu grau de interesse em determinado assunto. Nesse caso, o laço social se dá pelo sentimento de pertença do indivíduo a determinado assunto ou ação social; a interação passa a não ser apenas entre os indivíduos e o meio que media sua comunicação.

- **A geografia da Rede:** Antes do desenvolvimento das tecnologias móveis de comunicação e informação, a interação social entre os indivíduos conectados à web era realizada em locais estáticos, determinados, que possuíam computadores carregados de fios, proporcionando a conexão global entre os indivíduos. Com as tecnologias móveis, os indivíduos passam a ter acesso e a interagir tanto em contexto global como local, devido à mobilidade permitida pela tecnologia. Essa alteração na geografia da Rede enfatiza um aspecto fundamental para a consolidação das redes sociais móveis.

- **O Conteúdo:** Além do acesso a informações em qualquer local por meio da telefonia celular, os indivíduos possuem a possibilidade de capturar as informações

dos fatos em tempo real, no momento em que eles estão acontecendo. O uso das tecnologias móveis de comunicação e informação impulsiona o desenvolvimento de outro modelo de troca de informações, podendo gerar redes sociais móveis e impulsionar ações coletivas.

- **Sistema de geolocalização:** Com o uso destes sistemas, por meio de conexão sem fio e coordenadas de um GPS, este último usado em telefones celulares, a atividade dos indivíduos no espaço virtual é articulada com o espaço urbano, via sua localização geográfica, compartilhando os espaços. Esses sistemas podem contribuir para tornar os encontros significativos e influenciar no curso das interações nas ações coletivas. Ao informar sua localização, os indivíduos não somente apontam onde estão na cidade, mas também criam um mapa cognitivo do espaço urbano, desenvolvendo espaços itinerantes de socialidade, alterando as experiências dos indivíduos nos espaços. As redes sociais móveis utilizam-se destes sistemas para se conectar, para unir os grupos, para identificar onde está a informação que deseja ter acesso.

- **Narrativas hiperlocais:** As redes sociais móveis possuem a característica de revalorização dos locais, das cidades, das comunidades como forma de trazer à tona aspectos que até então estavam dispersos diante da globalização mundial. As interações sociais dos indivíduos eram realizadas em grande parte de forma desterritorializada, na qual a comunicação se dava mais com pessoas ao redor do mundo e em menor número com outros que estavam ao redor do indivíduo. Com o desenvolvimento das tecnologias móveis de comunicação e informação, principalmente com o tripé telefone celular, conexão de internet sem fio e sistema de geolocalização via GPS, os locais e as relações sociais entre os indivíduos de uma mesma cidade ou região passaram a ser potencializadas. As redes sociais móveis estão em constante captura dos instantes dos locais, dos fatos e contextos referentes às localidades.

A partir das características apontadas, podemos, então, apontar quais são os eixos principais para que as redes sociais móveis possam existir:

1. Indivíduos: Através de suas práticas sociais cotidianas os indivíduos interagem e formam grupos, como algo inerente ao ser humano e à construção da sociedade. São eles os responsáveis pela existência das redes sociais e, com o uso de tecnologias móveis, estas redes passam a ser potencializadas ganhando mobilidade nos espaços. O cotidiano dos indivíduos é fator fundamental das redes sociais móveis, pois é ele quem estimula a formação dessas redes.

2. Tecnologias móveis de comunicação e informação: Proporcionando a mobilidade dos sujeitos nos espaços, as tecnologias móveis de comunicação e informação, têm papel fundamental no desenvolvimento de redes sociais móveis,

pois é por meio dessas plataformas que o indivíduo pode se deslocar de um espaço a outro, interagindo com outros que estão nos mesmos espaços físicos e com outros indivíduos que estão conectados aos espaços virtuais ao mesmo tempo. O acesso à informação, bem como a publicação de informações por parte dos indivíduos, dá-se em tempo real em qualquer local onde o indivíduo esteja.

3. Espaços Híbridos: Os espaços utilizados pelos indivíduos com as tecnologias móveis de comunicação e informação são espaços híbridos, espaços que mesclam o urbano, o físico das cidades e os ambientes virtuais. São novas percepções dos espaços que se definem com a potencialidade das redes sociais móveis.

REDES SOCIAIS MÓVEIS E AÇÃO COLETIVA

Os indivíduos possuem características referentes aos seus próprios sentimentos, impulsos e pensamentos contraditórios. De algum modo, deveriam decidir com segurança interna entre suas diversas possibilidades de comportamentos. Enquanto ser social, a determinação de orientações de ação dos grupos sociais seria caracterizada por uma “lei natural” que impulsiona as relações entre os indivíduos (SIMMEL, 2006), que a manifestam através de símbolos. Dessa forma, é possível inferir que cada grupo se forma mediante um contexto que une os sujeitos em função de determinados interesses, que são compartilhados pelo grupo, formando assim redes sociais a partir das relações entre os indivíduos e a sociedade.

Quando inseridos em grupos, as vontades são compartilhadas entre todos e dentro de cada um, somando-se e fazendo valer a unidade que irá mobilizar o grupo (SIMMEL, 2006). Assim, constroem-se as redes no contexto social atual, embasadas nas trocas, em que um indivíduo exerce efeito sobre os demais, e também sofre efeitos por parte deles. É o que Simmel (2006) denomina “sociação”, ou seja, tudo o que está presente no indivíduo de modo a engendrar ou mediatizar sobre os outros, ou a receber esses efeitos dos mesmos.

Embora não se referindo diretamente ao termo “redes sociais”, o autor salienta que as “massas” - os grupos - partilham de um mesmo sentimento e motivação que faz com que surja uma espécie de coletivismo que pode ser direcionado para os mais diversos fins e que, em grupo, o indivíduo vai além das noções de consciência individual, “esse fenômeno se deve provavelmente à influência mútua, ocorrida por intermédio das emanações de sentimentos difíceis de detectar” (SIMMEL, 2006, p. 52). Esses sentimentos podem demonstrar uma satisfação de estar juntamente socializado.

Os grupos sociais possuem direções para suas ações muito mais definidas do

que o indivíduo. A busca pelo alcance de um objetivo comum seria a finalidade das ações grupais, a unidade de uma rede é fortalecida pela diversidade de indivíduos que a compõem. As trocas entre os indivíduos são compartilhadas almejando algo que lhes é de vontade comum. Segundo Simmel (2006), a própria sociedade, em geral, significa a interação dos indivíduos, e esta surge a partir de determinados impulsos ou da busca de certas finalidades compartilhadas. Esses interesses, sejam sensoriais, ideais, momentâneos, duradouros, conscientes, inconscientes, casuais ou teleológicos, formam a base da sociedade humana.

As reflexões realizadas por Simmel permitem uma observação, ainda que breve, de como o indivíduo se traduz em sociedade, formando agrupamentos com fins sociais compartilhados. Com essas explicações, torna-se possível compreender como se dá o processo de difusão das ações coletivas em um contexto permeado pela mobilidade tecnológica e que propicia a formação de novos grupos, como as redes sociais móveis.

No contexto das redes sociais móveis, as dinâmicas sociais no âmbito da ação coletiva transformam-se potencialmente. Os laços sociais (fracos) são mais facilmente construídos. Não há a necessidade de vinculação por laços mais fortes (em grupos pequenos) para a consecução de uma ação coletiva; os engajamentos contemporâneos são capazes de surgir de forma espontânea e em grandes proporções.

As dimensões reduzidas de um grupo e o planejamento de ações, assim, não assumem necessariamente mais o papel de protagonistas, diferentemente do defendido por Olson (1965), no âmbito da Teoria da Mobilização dos Recursos. Os indivíduos juntam-se de forma rápida, da mesma forma que se dispersam. Os custos em participar de ação coletivas são ainda mais reduzidos, pois há o estabelecimento de outra lógica de custo/benefício: as capacidades comunicativas entre os sujeitos superam as dificuldades de operacionalização dos movimentos sociais. Dessa forma, atos isolados podem servir como elemento catalisador e mobilizador de ações, como foi o caso da chamada Primavera Árabe, em 2011. Um nacional da Tunísia, cidadão “comum”, incitou protestos capazes de contribuir para a queda de ditadores por todo o continente e o Oriente Médio e de levar ondas de mobilizações pelo mundo (cf. BATISTA, 2012).

Em relação a geografia da rede, as ações coletivas podem ser apontadas como sendo realizadas em espaços híbridos (espaço urbano e espaço virtual), reunindo a amplitude da interação proporcionada pelas tecnologias digitais e a potencialização de mobilidade dos agrupamentos possibilitada pelas redes sociais móveis. Essas redes ampliam o processo de formação de grupos com interesses comuns que se mobilizam em ações coletivas utilizando o espaço virtual e o espaço físico como lugares de interação e construção do processo social. Como os “nós” estão sempre em movimento e

conexão, as ações coletivas passam a refletir estas novas formas de participação dos indivíduos na sociedade atual.

O acesso e a geração de conteúdos nas redes sociais móveis proporcionam ao indivíduo a expansão das possibilidades de interação no tempo e no espaço. A possibilidade de comunicação síncrona (em tempo real) fornece elementos potenciais de mobilização. O indivíduo é capaz de alimentar, instantaneamente, toda uma rede de apoio e coordenador as suas ações com demais contribuintes em potencial. A comunicação assíncrona em rede, por sua vez, permite eliminar a necessidade de sincronia do elemento tempo nas interações sociais. O indivíduo passa a estar sempre conectado.

Os sistemas de geolocalização (GPS) são importantes na consolidação das ações coletivas potencializadas pelas tecnologias móveis. Estes sistemas podem influenciar os processos de interação e construção de grupos a partir de seu funcionamento básico, que é informar a localização dos indivíduos, pois evidenciam um mapa cognitivo do espaço urbano, apontando lugares de sociabilidade. O GPS proporciona que os indivíduos pontuem o que está acontecendo em determinados locais, potencializando, dessa forma, a possibilidade de ações coletivas de interesse comum.

Diante das narrativas hiperlocais, característica das redes sociais móveis, é possível compreender que as ações coletivas passam a ser difundidas cada vez mais em contextos locais, lugares territoriais de convívio entre os indivíduos, porém potencializadas pelas tecnologias móveis. Os locais de mobilização passam a ser reapropriados pelos indivíduos que possuem sua interação e possibilidade de ação coletiva ampliados por essas tecnologias. Os espaços comuns de interação, antes distantes da política, passam a ser apropriados para esse fim, conforme pontua a perspectiva dos novos movimentos sociais.

Desta forma, é possível perceber que há uma diferenciação no processo de fomentação das ações coletivas com o desenvolvimento das tecnologias digitais, com a web a partir da década de 90, e principalmente, com o aperfeiçoamento das tecnologias móveis de comunicação e informação. Essa amplitude na formação dos agrupamentos com fins coletivos se dá por meio do potencial de propagação da interação proporcionada por estes dispositivos, construindo, assim, novas possibilidades de ações coletivas na sociedade atual. É possível perceber este novo contexto quando as mobilizações dos indivíduos são muitas vezes organizadas por meio dos dispositivos móveis, que passam a servir não somente como meios de comunicação e interação, mas também como ferramentas que possibilitam a troca de informações e a oportunização de diversas manifestações sociais.

Exemplo disto são as *smart mobs*, grupos formados que se unem em multidões para realizar um conjunto de ações coletivas com finalidades artísticas, ou até mesmo

com um cunho ativista. Elas são constituídas por pessoas que são capazes de agir juntamente mesmo sem se conhecer. As pessoas que participam dos *smart mobs* cooperam de maneira inédita porque dispõem de aparatos com capacidade tanto de comunicação como de computação (RHEINGOLD, 2002). O exemplo ilustrativo do autor, utilizado exhaustivamente em sua obra, é o caso da mobilização de janeiro 2001, nas Filipinas. O presidente Joseph Estrada renunciou após mais de um milhão de pessoas, mobilizadas por mensagens SMS, exigirem o processo de impeachment. Outra tendência na formação destes grupos é chamada de *flash mobs*, que, embora sejam caracterizadas da mesma forma que as *smart mobs*, possuem uma peculiaridade: a instantaneidade e a rápida dispersão dos indivíduos.

O que diferencia as *smart mobs* de outras multidões organizadas é o uso de tecnologias móveis de comunicação e informação como potencializadoras das ações coletivas em espaços públicos. Essas redes marcam lugares físicos de concentração. Rheingold (2002) denomina esses agrupamentos como redes sociais *ad hoc* móveis, termo utilizado para denominar os “coletivos inteligentes”. Estes coletivos inteligentes são apontados como propulsores das ações coletivas nos atuais tempos móveis vividos pela sociedade. Esses novos tempos constituem formas de socialidade nas quais o cimento social é fortificado por um anseio de estar-junto, de construção de laço social, valorizando as interações sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou contribuir para a compreensão das implicações sociais decorrentes da difusão das redes sociais móveis. Abordou-se o pensamento sobre as dinâmicas da ação coletiva, especialmente na Teoria da Mobilização dos Recursos, objetivando transpor aqueles conceitos – pensados no contexto pré-Internet – para a paisagem midiática contemporânea.

Primeiramente, inicia-se a discussão trazendo um breve relato sobre a evolução do pensamento acerca das dinâmicas da ação coletiva. Com base em Gohn (1997; 2007), apresenta-se os principais paradigmas sobre as abordagens teóricas da ação coletiva. Ressaltam-se principalmente os aspectos da Teoria da Mobilização dos Recursos, em Olson (1965), transpostos para o contexto das novas tecnologias de comunicação e informação.

Em um segundo momento, abordam-se as características das redes sociais móveis e os eixos básicos para a sua formação no contexto contemporâneo. A discussão está centrada em Recuero (2009), no que tange as características das redes digitais, e à noção de mobilidade das tecnologias de comunicação e informação (cf. PELLANDA,

2005; LING, 2004; LICOPPE e INADA, 2009).

Por fim, faz-se uma observação das redes sociais móveis e sua influência nas ações coletivas no contexto social atual, apontando aspectos que demonstram que os engajamentos contemporâneos são potencialmente mais efêmeros, mas podem ser constituídos em grandes proporções. Os agrupamentos entre os indivíduos são realizados de forma rápida e, dispersando-se da mesma forma.

As redes sociais móveis ampliam o processo de formação de ações coletivas, utilizando o espaço virtual e o espaço físico como lugares de interação e construção do processo social. A mobilidade proporcionada pelas tecnologias móveis de comunicação e informação influenciam de forma determinante na formação de grupos de interesse comum que possuem um potencial de desenvolvimento de ações coletivas, passando estas a refletir novas formas de participação dos indivíduos na sociedade atual.

O presente trabalho objetivou discutir as implicações sociais acerca das mudanças que as novas tecnologias introduzem na sociedade atual, apontando para os aspectos que ressaltam a amplitude da interação social entre os indivíduos e para a possibilidade que estes passam a ter quando munidos de tecnologias que impulsionam as redes sociais móveis como fatores fundamentais relacionadas às ações coletivas. Pode-se perceber o potencial das redes sociais móveis para ações coletivas que resultam em mobilizações sociais. Há, nesses casos, uma interação entre os indivíduos geradora de manifestações em prol de um fato ocorrido em um local em tempo real, o que apenas pode ser possível com o desenvolvimento das tecnologias móveis de comunicação e informação.

REFERÊNCIAS

BIMBER, Bruce; FLANAGIN, Andrew; STOHL, C. **Reconceptualizing collective action in the contemporary media environment**. Communication Theory, International Communication Association, Novembro de 2005.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Loyola, 1997.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HENRIQUES, Sandra. **O fator da mobilidade nas redes sociais e tecnologias de comunicação: um estudo sobre as potencialidades da plataforma Locast**. Dissertação de Mestrado. PUCRS, 2011.

- JORDAN, Tim; TAYLOR, Paul. **Hactivism and Cyberwars: rebels with a cause?** . Eua: Routhledge, 2004
- LING, R. **Where is mobile communication causing social change**, 2004. Disponível em: http://www.rheingold.com/texts/Ling_2004_Socialchange.htm#_ftn9. Acesso em: jun.2010.
- LUPIA, Arthur; SIN, Gisela. Which **public goods are endangered?: How evolving communication technologies affect The logic of collective action**. Public Choice 117: 315–331, 2003.
- MARGETTS, H; JOHN, P. ESCHER, T; REISSFELDER, S. **Can the Internet overcome the logic of collective action? An experimental approach to investigating the impact of social pressure on political participation**. In Political Studies Association Annual Conference, 7-9 April 2009, University of Manchester.
- OLSON, Mancur. **The Logic of Collective Action: Public Goods and the Theory of Groups**. EUA: Harvard University Press, 1st ed. 1965.
- PELLANDA, Eduardo. Comunicação móvel no contexto brasileiro. In Lemos, André, Josgrilberg, Fabio (orgs). **Comunicação e Mobilidade.**, Salvador: EDUFBA, 2009.
- RECUERO, Raquel da C. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2009.
- RHEINGOLD. Roward. **Multitudes inteligentes. La proxima revolución social**. Barcelona: Gedisa, 2002.
- SÁDABA, Teresa. Framing: **El encuadre de las noticias. El binômio terrorismo-medios** – 1ª Ed. Buenos Aires: La Crujía, 2007.
- SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes Sociais na Sociedade da Informação**. In: MAIA, Rousiley; CASTRO, Maria Ceres Pimenta Spínola (orgs.). **Mídia, Esfera Pública e Identidades Coletivas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2006.